



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

ALESSANDRE DE OLIVEIRA PINTO

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA NA IMPRENSA: CORREIO
BRAZILIENSE E GAZETA DO RIO DE JANEIRO - 1808 A 1822.**

Belo Horizonte

2015

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA NA IMPRENSA: CORREIO
BRAZILIENSE E GAZETA DO RIO DE JANEIRO - 1808 A 1822.**

ALESSANDRE DE OLIVEIRA PINTO

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da UFMG, como requisito final para a
conclusão do curso de História e Culturas Políticas.

Professora: Adriana Romeiro

Belo Horizonte

2015

ALESSANDRE DE OLIVEIRA PINTO

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA NA IMPRENSA: CORREIO
BRAZILIENSE E GAZETA DO RIO DE JANEIRO - 1808 A 1822.**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da UFMG, como requisito final para a
conclusão do curso de História e Culturas Políticas.

Monografia aprovada em:

Banca examinadora:

Professor(a) Dra. Adriana Romeiro, UFMG

Professor Dr. João Pinto Furtado, UFMG

Professor(a) Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, UFMG

Belo Horizonte

2015

Dedico este trabalho a todos aqueles que constantemente foram, canais de incentivo e força para não desanimar.

Em primeiro lugar queria agradecer a Deus, força e sustento, que sempre me auxiliou e conduziu-me em todas as circunstâncias ao longo dessa jornada.

À minha primeira professora de História, Petrina, exemplo e dedicação no cumprimento de seu ofício.

Aos amigos que foram incorporados neste tempo. Aos amigos de classe, afinal, foram longas noites de alegria, descontrações, acertos e desencontros, mas a cada dia uma mão estendida nas necessidades.

A todos os professores da UFMG. Muito obrigado a vocês pelos ensinamentos e pelas experiências compartilhadas.

Agradeço a minha orientadora professora Dra. Adriana Romeiro, pelo profissionalismo e paciência, pela disponibilidade, pelas dicas e correções e por exercer seu papel de orientadora.

Aos professores Dr. João Pinto Furtado e Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, por compartilharem suas experiências na banca examinadora.

Um muito obrigado a todos vocês.

" São as regras que definem um jogo: altera-se uma, altera-se todo o jogo – cria-se outro "

Jurandir Malerba

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar o processo de emancipação da América Portuguesa visando desenvolver uma investigação sobre as formas como a imprensa repercutiu e influenciou a conjuntura política da época. O propósito desta investigação é perceber como se articulou o processo de emancipação nos periódicos vigentes na época, particularmente o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, examinando como ambos abordaram os eventos em curso e a repercussão que tiveram naquele contexto, uma vez que a América Portuguesa era um vasto território heterogêneo e fragmentado. Assim, busca-se entender como os discursos veiculados a estes periódicos construíram a ideia de unidade, de pertencimento e sentimento de nacionalidade.

Palavras-chave: Independência – Imprensa – Correio Braziliense – Gazeta do Rio de Janeiro

ABSTRACT

This research analyzes the process of emancipation of Portuguese America in order to develop an investigation into the ways in which the press reflected and influenced the political situation of the time. The purpose of this research is to understand how it articulated the emancipation process in the current journal at the time, particularly the *Correio Braziliense* and the *Gazeta do Rio de Janeiro*, examining how both addressed the ongoing events and the impact they had in that context, since Portuguese America was a vastly heterogeneous and fragmented territory. Thus, we seek to understand how the discourses conveyed to these periodic built the idea of unity, of belonging and sense of nationhood.

Keywords: Independence - Press - Correio Braziliense - Gazeta do Rio de Janeiro

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A COLÔNIA QUE OUTRORA SE TORNOU METRÓPOLE.....	14
2.1 Cartas trocadas: um rei fora do baralho	14
2.2 Novas cartas: a imprensa como fonte e força.....	18
3 UM CALEIDOSCÓPIO DE IMAGENS: CARA OU COROA	21
3.1 A outra carta de um prisma.....	26
4 CONSTRUINDO UMA NAÇÃO: O BRAZIL COMEÇA A DESCOBIR O BRASIL	31
4.1 O poder ideológico escrito em páginas.....	31
4.2 Brasil: a grande nação nas páginas de jornais	33
5 CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA	41

1 INTRODUÇÃO

Em um jogo de cartas, as regras ditam o jogo e a cada carta lançada é preciso contrapor outra. Cada jogador tem a sua própria estratégia e vence quem souber tirar melhor partido de suas cartas. Cada carta lançada obriga o outro jogador a avançar ou recuar. Essa dinâmica equilibra a partida. Não há como ganhar sempre, às vezes, faz-se necessário recuar um pouco para se conseguir um contra-ataque efetivo. Entretanto, as cartas “curinga” desequilibram o jogo e podem significar algo diferente para pessoas diferentes, ou seja, dentro de um mesmo jogo podem adquirir contornos diferenciados com consequências imprevisíveis em que os jogadores ditarão novos lances. A própria “independência” em certos momentos torna-se uma carta curinga, uma incógnita.

A palavra independência assumiu significados múltiplos ao longo do processo de emancipação brasileira; ora associada apenas à ideia de independência administrativa, ora associada a uma separação completa da metrópole. A ideia de rompimento definitivo só se apresentou após os atos recolonizadores impostos pelas cortes portuguesas no rastro da Revolução de 1820.

Desde a chegada da corte em 1808, a América Portuguesa passou por importantes e profundas transformações em todos os seus âmbitos. Sendo um fato inédito dentro do jogo colonial, a colônia, antes distante das fronteiras da metrópole, torna-se então a mais “nova metrópole,” abrigando a família real e assumindo o lugar de centro administrativo do império lusitano, visto que Lisboa estava sob o domínio francês. Obras de aperfeiçoamento e melhoria de infraestrutura foram implementadas para o acolhimento da corte, sendo necessárias para a interação entre as múltiplas e diversas regiões que compunham este vasto território.

Antes tão fortemente proibidos na América Portuguesa, os jornais, ainda que de forma controlada e sob a vigilância constante dos órgãos oficiais, começaram então a circular ali. Mesmo os periódicos sob forte censura não deixaram de circular, e, à medida em que ganhavam espaço e arregimentavam leitores, promovendo uma incipiente opinião pública, despertaram a suspeita do poder central. Nasceram então a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial, e o *Correio Braziliense*, um jornal bem elaborado e de grande força política. Muito além do seu papel de noticiário, estes jornais também exerceram forte influência, veiculando ideias e valores que viriam a impactar decisivamente no processo de independência brasileira.

A análise do processo de emancipação se fará por meio destas fontes jornalísticas, visando desenvolver uma investigação sobre as formas como a imprensa repercutiu e influenciou a conjuntura política da época, assumindo ali um papel importante. A abordagem calcada no exame dos periódicos alinha-se às novas vertentes da Escola dos *Annales* e da História Cultural, responsáveis pela ampliação das possibilidades teóricas e metodológicas da pesquisa historiográfica. A proposta aqui é, portanto, problematizar o processo de independência a partir da imprensa, de modo a iluminar novas questões e descortinar novas interpretações.

As fontes utilizadas para esse projeto de pesquisa são os noticiários veiculados pelos periódicos *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*, ao longo do período que se inicia em 1808 - ano da vinda da família real para a América Portuguesa - e se estende até o ano de 1822 - data da emancipação brasileira. Os periódicos encontram-se depositados na Biblioteca Nacional, e disponíveis para consulta on-line no site daquela instituição.

A historiografia sobre o processo de independência é abundante, e reúne estudos sobre os mais variados problemas, tais como os conceitos de nação e unidade, a natureza e o alcance da independência, os seus principais atores, entre outros. O propósito desta investigação é perceber como se articulou o processo de emancipação nos periódicos vigentes na época, particularmente o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, examinando como ambos abordaram os eventos em curso e a repercussão que tiveram naquele contexto.

Os jornais são excelentes fontes, pois dialogam ativamente com as ideias de seu tempo, traduzindo as disputas políticas daquela sociedade. Segundo Ana L. Martins(2008) e Tânia R. Luca(2008), muito além de fontes da reconstrução do passado, os jornais são agentes capazes de influenciar e desencadear questionamentos. Na mesma direção, Luiz Amaral (1982) avança ao afirmar que eles não só gozam de grande força política, mas que também atuam como formadores de opinião pública.

Como a proposta central desse projeto é analisar como os periódicos interpretavam os fatos referentes ao processo de Independência, algumas questões específicas foram privilegiadas no exame desse material. Interessa aqui entender como e se os discursos veiculados nos jornais construíram a ideia de unidade, dado que a América Portuguesa era um território extenso e heterogêneo; se e de que forma esforçaram-se por criar o sentimento de nacionalidade, isto é, o ser brasileiro, num momento em que os antagonismos entre portugueses e brasileiros pareciam

especialmente acirrados. Esses são os eixos em torno dos quais se desenvolverá a investigação, tendo como referência teórica uma reflexão sobre as relações entre a imprensa e a política.

Em *A Corte no Exílio* (2000) Jurandir Malerba contribui para o entendimento do impacto da chegada da família real, particularmente da introdução de novos hábitos e da alteração dos velhos, tanto quanto as suas relações com as elites locais. Segundo esse autor, a presença da família real implicou a criação de mecanismos que ostentassem o seu novo estatuto e garantissem o prestígio da monarquia, traduzindo-se em investimentos que propiciavam à corte um padrão de vida o mais próximo possível daquele vigente em Portugal: assim, estradas, palácios, jardins, bibliotecas foram construídos. A vinda de intelectuais, a liberação da importação de livros, bem como a criação de uma Imprensa Régia criaram um ambiente cosmopolita nos principais centros urbanos, promovendo, ao mesmo tempo, o choque de mentalidade entre os diversos grupos estrangeiros aqui estabelecidos. A América Portuguesa descobria, enfim, o que era ser metrópole.

Numa chave semelhante, Iara L.C. Souza em *A Independência do Brasil* (2000), aponta as mudanças que o afluxo de intelectuais acarretou nas cidades da América Portuguesa. O espaço urbano, ainda que limitado, torna-se então palco dessas figuras letradas, em meio a uma sociedade semianalfabeta, e uma nova sociabilidade emerge nas conversas das esquinas, praças, bares ou mesmo em casa das elites. Dessa nova sociabilidade, participavam também os periódicos, cujo conteúdo versava sobre temas políticos, como as ideias de revolução, as conquistas de independência e liberdade das regiões vizinhas. A autora discorre também sobre a densidade daquela conjuntura política, caracterizada por diferentes projetos de construção de uma soberania nacional. As elites nacionais descobriram na corte uma forma de sociabilidade, em sua vontade de conciliar força econômica com atuação política.

Do ponto de vista teórico, algumas referências são bastante úteis para a presente pesquisa. Em *Culturas Políticas na História* (2009), Rodrigo Pato Sá Motta mostra que, por meio da História Cultural, é possível perceber como as representações ensejam a criação de diferentes identidades, sendo a dimensão coletiva um instrumento poderoso numa América Portuguesa fragmentada e conflituosa. Segundo Motta, se nas décadas passadas se pensava que a economia ou os interesses sociais ofereciam a chave para se compreender a dinâmica da história, a nova historiografia, em que pese a influência dos fatores sociais, concebe a política como uma das chaves privilegiadas para se problematizar a história de uma determinada sociedade. É na

esfera da política que vão tomar corpo e ganhar força as representações que constroem o conceito de nação independente, constituindo uma arena de disputa e concorrência dos mais diferentes projetos políticos para o Brasil pós-1808.

Em *Nação e Consciência Nacional*(1989), Benedict Anderson reflete sobre a questão da construção da nacionalidade, ou o sentimento de pertencimento à nação, entendida como uma comunidade politicamente imaginada. No caso brasileiro, é preciso lembrar a existência de múltiplas identidades regionais, como a do português da Bahia, do português de Minas, entre outros, que tiveram de ser reelaboradas em torno de uma identidade nacional. Afinal, a América Portuguesa era portadora de regionalidades acentuadas e a construção de uma “nação brasileira” só foi possível graças à ideia de um Estado, o Reino do Brasil. Para tanto, fez-se necessário forjar um conceito de nação em que as partes integrantes da ex-colônia pudessem, a despeito de suas particularidades, se unir e harmonizar num vasto e próspero território.

Para Tânia de Luca (2006) e Maria Helena Capelato (1988), os periódicos constituem uma fonte das mais ricas, porque são portadores das intencionalidades dos grupos sociais envolvidos nas lutas políticas de uma determinada sociedade. É só a partir de uma leitura atenta e crítica que os historiadores podem interpretar os discursos codificados que eles veiculam. De modo semelhante, Heloisa de Faria Cruz (2007) e Maria do Rosário C. Peixoto (2007) abordam a imprensa como uma das peças mais atuantes da vida política, posto que articulam projetos, ideais e valores políticos.

Assim, pode-se afirmar que os periódicos como fonte da pesquisa histórica proporcionam um olhar privilegiado sobre o passado: eles não refletem o seu tempo, mas elaboram e dão novos significados ao mundo ao qual pertencem, forjando imagens sobre o passado, o presente e o futuro. Cabe ao historiador, portanto, captar e decodificar tais imagens, articulando-as aos embates políticos daquele tempo.

Para a apresentação do trabalho, o texto foi distribuído em três capítulos. O primeiro discorre sobre a chegada da família real à sua colônia tropical e as implicações deste evento. A presença de uma monarquia acarretaria um profundo impacto na vida social, econômica e política da ex-colônia, subvertendo mais de três séculos de vigência do pacto colonial. Uma nova América Portuguesa nascia então, com portos abertos e uma imprensa régia. Também neste capítulo se discutirá o uso dos periódicos como fonte de pesquisa histórica.

O segundo capítulo examina a atuação da imprensa jornalística, a partir dos jornais a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*. Recorrendo mais uma vez à metáfora do jogo de cartas, estes periódicos participaram ativamente do processo de emancipação, alterando o curso dos eventos, desencadeando reações, modificando as regras do jogo, promovendo avanços e recuos.

Já o terceiro capítulo focaliza e aprofunda o exame da atuação dos meios jornalísticos no processo de independência da América Portuguesa, tendo como fio condutor a análise da construção da ideia de nação. Um dos maiores desafios enfrentados pelo Brasil antes e depois da independência foi, sem dúvida, superar a imagem de um vasto território fragmentado e conflituoso para se revelar como uma nação destinada à prosperidade. A ruptura dos laços lusitanos pressupôs um conjunto de representações suficientemente forte para suscitar o sentimento de nacionalidade e pertencimento à nação.

2 A COLÔNIA QUE OUTRORA SE TORNOU METRÓPOLE

A história de algumas nações é escrita como uma sucessão de eventos grandiosos, protagonizados por heróis valorosos, que devem ser celebrados e lembrados como os mais autênticos pilares da nacionalidade e a fonte inesgotável do sentimento cívico. O Brasil independente não fugiu a essa regra: nos livros de história, a Independência ainda é representada com a célebre cena, supostamente ocorrida às margens do rio Ipiranga, em que D. Pedro I proclama o famoso grito de “Independência ou Morte” selando ali o nascimento de uma nova nação. Ainda hoje, no 7 de setembro, a Independência do Brasil é celebrada com grandes paradas militares, desfiles escolares, visita a museus e aqui de forma peculiar destacamos o Museu Paulista que abriga o mais famoso quadro da *Independência ou Morte* de Pedro Américo. A imponência deste quadro retrataria com fidedignidade, segundo a historiografia tradicional, a figura de D. Pedro I como porta-voz da vontade de seu povo, o artífice da nação independente. O quadro quer convencer que ali está o momento de nascimento de uma nação próspera e soberana. Ainda hoje, a data continua a ser celebrada como a liberdade diante dos grilhões portugueses – e poucos se dão conta de que a narrativa heroica e grandioso da independência brasileira vincula-se à estética do romantismo.¹

Apesar de ser um tema consagrado na historiografia, tendo sido intensamente explorado, o processo de Independência do Brasil está longe de alcançar consenso entre os estudiosos. Existem divergências, por exemplo, quanto às suas formas e circunstâncias, aos atores envolvidos, à existência de rupturas ou permanências, enfim, o tema ainda continua suscitando debate e dividindo os pesquisadores.

2.1 Cartas trocadas: um rei fora do baralho

A história da Independência do Brasil não começou nem terminou em 1808. Ela possui traços peculiares, uma vez que não ocorreu em função de uma revolução ou de algum movimento nacionalista investido de forte sentimento de pertencimento. Este é um processo contínuo e

¹O romantismo sugere a ideia de um cenário em que o ator prefere a morte à perda daquilo que ama, refletindo neste caso, a liberdade ou a morte pela pátria Brasil.

complexo, um período que correspondeu a um grande divisor de águas, dominado por eventos que tiveram peso e relevância variados. Diferentemente das demais nações da América Espanhola, o Brasil conviveu com a presença da Monarquia - a família real de Bragança.

Praticamente todas as principais dinastias ao redor de Portugal já haviam sido derrubadas e ocupadas pelas forças napoleônicas. Por uma questão de senso de sobrevivência, estratégia ou mesmo por uma medida de desespero, a corte portuguesa se aventurou em uma jornada rumo à sua colônia em terras americanas.

Acompanhada por uma gigantesca comitiva e sendo obrigada a retirar-se de Lisboa, a presença da corte na colônia deflagraria transformações e rearranjos profundos da ordem social, política e econômica. A América Portuguesa, antes colônia, goza então do status de metrópole, já que no jogo das relações de pacto colonial a metrópole é a sede do governo e centro de todas as decisões, então reunidas no Rio de Janeiro. São as regras que definem um jogo: altera-se uma, altera-se todo o jogo – cria-se outro (MALERBA, 2000, p. 25).

O oceano entre as duas nações irmãs e distintas, ao mesmo tempo que as une, as separa. Por um lado um Portugal mergulhado em uma profunda desorganização e decadência. Vivia-se uma bancarrota completa, com um quadro de miséria, fome, crise no setor financeiro e político; somado a isto, ainda estava órfã, destituída da presença de seu monarca. Existiam gravíssimas tensões internas em que grupos rivais buscavam meios de se beneficiarem a fim de garantir os seus privilégios. Por outro lado o nascente Estado do Brasil, palco e cenário das mais diversas transformações e experiências, vivia os raios de um promissor alvorecer.

Para Iara L. C. Souza(2000), a chegada da corte trouxe consigo o luxo e a etiqueta da elite europeia, impulsionados pela demanda por bens culturais, literatura, teatro... algo tão comum aos portugueses, mas que influenciará decisivamente no perfil das elites locais.

Ocorreram uma mudança na população no Rio de Janeiro e uma redefinição da conduta de sua elite. Em primeiro lugar, a população diversificou-se com a presença de negociantes ingleses e estrangeiros, funcionários graduados na burocracia, aristocracia e comerciantes lusos, oficiais, diplomatas, negociantes de terras, fazendeiros, proprietários de terras, escravos e donos de áreas urbanas, sendo que um mesmo homem poderia assumir diversas atividades na burocracia ou no serviço do Estado ao mesmo tempo ou ao longo de sua vida. A elite local, com escravaria, lavouras em grande escala, casas de comércio, construções navais e seguradoras, estava disposta a ocupar a cena pública e viu na presença monarca, e na consequente instalação de um amplo e poderoso aparelho burocrático e jurídico, uma maneira de

efetivar seus anseios. Descobriu na corte uma forma de sociabilidade que respondia à sua vontade de conciliar sua força econômica com a atuação política – mesmo convivendo cotidiana e tensamente com marinheiros, escravos de ganhos, escravos, libertos, fugitivos, desertores, ciganos e pobres livres, sobre os quais sua riqueza se alicerçava (SOUZA, 2000, p. 26-27).

Segundo Jurandir Malerba (2000) a corte real sabia que a autoridade central só poderia ser aceita mediante a aliança com os detentores do poder local, por meio da concessão de títulos e mercês. Ao mesmo tempo, a sua presença implicou também uma profunda reorganização desse mesmo poder, que confluirá na emancipação de Portugal. Isso permitiu a criação e formação de uma classe política regional que passou a ser protagonista da vida administrativa da América Portuguesa e que desempenharia um papel relevante na vida política.

Diferentemente das épocas passadas, as ações da Coroa não mais chegavam pelos mares, mas emanavam da própria colônia. A elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves infundiu na alma da colônia um certo sentimento da importância do Brasil no cenário mundial, aguçando um incipiente “sentimento de nacionalidade”. Certo é que a realeza provocou uma inelutável mudança de *status* da colônia, de que os nativos souberam muito bem se aproveitar no momento devido (MALERBA, 2000, p. 225).

Uma das medidas de grande impacto na colônia portuguesa foi a abertura dos portos. Ato sábio, conforme descreve o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*:

(...) Reinamos na melhor porção da America, e a prova disso são os sábios Actos do Governo do Nosso Amado Soberano. O Principe Regente Nosso Senhor immediatamente depois da sua chegada mandou abrir os portos destes seus Dominios ao livre Commercio de todas as Nações Amigas, e declarou guerra áquella que invadio aleivosamente o patrimonio que transmetio o primeiro dos nossos Reis á sua Augusta Familia Real. (Gazeta do Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1808, p. 3).²

Algo necessário, mas também inovador. A abertura dos portos inaugura também uma trajetória assinalada pela historiografia como a do início da emancipação política do Brasil. Negociantes nativos e também portugueses, latifundiários e comerciantes viram nesta medida uma oportunidade de conquista de poder, passando então a ocupar um espaço junto à corte e disputando os seus favores. E retomando as palavras já citadas de Malerba (2000), “são as regras que definem um jogo: altera-se uma, altera-se todo o jogo – cria-se outro”, a corte real para manter a si e a toda a sua comitiva não tinha outra carta senão abrir os portos, revogando

²A grafia original foi mantida de forma proposital para enriquecer o trabalho e permitir uma futura exploração dos textos.

as regras do jogo do Pacto Colonial. É o que relatam os decretos contidos no *Correio Braziliense*:

1. Que sejam admissíveis nas alfandegas do Brazil todos e quaesquer generos, fazendas, e mercadorias transportados ou em navios estrangeiros das Potencias, que se conservam em paz, e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus Vassallos...

2. Que não só os meus vassallos, mas tambem os dictos estrangeiros possam exportar para os portos, que bem lhes parecer, a beneficio do Commercio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaesquer gêneros coloniaes, á excepção do páo Brazil, e outros notoriamente etsaucados, pagando por sahida os mesmos Direitos, ja estabelecidos nas referidas Capitánias, ficando, entretanto como em suspenso, e sem vigor todas as leys, Cartas Regias, ou outras ordens, que até aqui prohibiam neste Estado do Brazil o reciproco commercio e navegação entre meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo, e actividade que de vos espero. Escripta na Bahia aos 28 de janeiro de 1808 – Príncipe. (*Correio Braziliense*, volume I, Agosto de 1808, p. 253-254).

“Sendo conveniente ao bem publico remover todos os embaraços que possaõ tolher o livre giro, e a circulaçãõ do commercio, e tendo consideraçãõ ao estado de abatimento, em que de presente se acha o nacional, interrompido pelos conhecidos estorvos e actuaes circumstancias da Europa: desejando animallo, e promovello em beneficio da causa publica pelos proveitos, que lhe resultaõ de se augmentarem os cabedaes da naçaõ, por meio de maior numero de trocas e tansacçõens mercantis, e de se enriquecerem os meus fieis vassallos, que se daõ a este ramo de prosperidade publica, e que muito pretendo favorecer, como uma das classes uteis do Estado: E querendo outro sim augmentar a navegaçãõ, para que prospere e a marinha mercantil, e com ella a de guerra necessaria para a defeza de meus Estados e Dominios;” (...) (*Correio Braziliense*, volume I, Outubro de 1808, p. 423).

Cada carta lançada pela corte concedia uma relativa autonomia à colônia. E como em qualquer jogo, à medida que se avança, uns ganham e outros perdem. Satisfazer a todos era algo um tanto complicado: ao anular monopólios e privilégios antigos, favorecendo a liberalização da economia, criando-se, ao mesmo tempo, novos privilégios, na tentativa de garantir os interesses dos portugueses, a corte deu azo a um profundo descontentamento (MOTA, 1972, p. 115). Descontentamento que se estendeu por um longo período, somando-se a outros fatores tanto de ordem interna como externa, o que levou a uma tomada decisiva para a libertação política da colônia junto a Portugal.

De acordo com Carlos G. Mota (2000), os descontentamentos irromperam em muitas regiões, principalmente nas regiões Norte, e segundo Evaldo C. Mello (2004) se no Rio de Janeiro e centro-sul da América Portuguesa a corte trouxe inúmeras melhorias e desenvolvimento, nessas outras regiões inflamou ainda mais uma insatisfação antiga. A distância da capital impedia uma

participação mais ativa e dinâmica; somava-se a isso o fato de que ficaram sobretaxados com os altos impostos que custeavam e mantinham toda a comitativa régia.

Esta disparidade é confirmada por István Jancsó (2005), que nota que a chegada da corte quebrou o tradicional equilíbrio político entre os grandes pólos da América Portuguesa, que antes se relacionavam horizontalmente, o que se alterou com a nova sede no Rio de Janeiro. A representatividade das províncias tornou-se limitada a uma restrita fração da elite nacional concentrada na sede administrativa da colônia e demais regiões do centro-sul.

Outra inovação trazida pela corte foram a autorização da circulação de livros e a criação de uma imprensa régia. Esta imprensa foi um fator de extrema relevância e de força política na América Portuguesa. Amada e temível, apreciada e indesejável, os seus interesses, seus idealizadores, seus objetivos ou intenções também se expandiam para os vastos territórios da colônia.

2.2 Novas cartas: a imprensa como fonte e força

Com o advento da escola dos *Annales* houve uma dilatação do campo da história, com a incorporação de novos objetos e fontes. A interpretação do historiador alcança um espaço mais amplo, podendo tematizar tudo a partir de novas perspectivas, dependendo de um sistema de referências; os gestos cotidianos, a história política e a história cultural ganham território e interesse.

Ainda com os *Annales*, o registro escrito deixa de ser a única fonte para o historiador. Da velha e tradicional história factual, passa-se então à história dos não-eventos: gestos, práticas, hábitos, ideias, enfim, já não se concebe mais a história dos acontecimentos protagonizados por grandes homens, e se volta para o estudo dos fatos do cotidiano, abrangendo diversos campos históricos antes esquecidos ou negligenciados. Sob uma nova ótica, a história deixa de ser uma narração e caminha para a explicação, ou interpretação da ação do homem e suas relações ao longo dos tempos.

Para Tania de Luca (2006), até então, a história, sob o peso da tradição e da exigência de verdade, utilizava-se de fontes históricas validadas por sua credibilidade, objetividade e

neutralidade. Os jornais não pareciam atender a esses requisitos, visto que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitir captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (DE LUCA, 2006, p. 112).

Se hoje está claro que o exame da imprensa possibilita ao historiador analisar e acompanhar o percurso das ideias dos homens ao longo do tempo, a inclusão de periódicos como fonte na produção do saber histórico não se fez de imediato. Foi preciso percorrer um grande e tortuoso caminho para que os jornais se tornassem objetos de pesquisa histórica.

As dificuldades metodológicas são complexas. Afinal, é muito difícil identificar as influências ocultas exercidas sobre um órgão de informação em um determinado tempo, entretanto, é preciso estabelecer um diálogo com esses periódicos buscando conhecer as circunstâncias de sua escrita, os personagens envolvidos, os responsáveis pelos textos, os proprietários dos veículos, os objetivos em causa, os recursos disponíveis, o perfil do público alvo. Esse exercício também exige uma filtragem crítica e aguçada.

Os historiadores e também os pesquisadores das Ciências Sociais têm voltado seu olhar para os jornais de forma expandida, para a obtenção de indícios de natureza econômica, política, cultural, social ou demográfica, analisando os múltiplos aspectos da vida social urbana. Os jornais passaram a ser objeto da pesquisa histórica e por meio de uma leitura crítica, percebe-se que não são um instrumento de informação, imparcial e neutra dos acontecimentos, mas antes um mecanismo em favor de interesses, passível de manipulação, apresentando-se como porta-voz de grupos ou forças que controlam a imprensa.

É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morte cede lugar a uma história viva que se propõe como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados, não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. (CAPELATO, 1988, p. 20)

Ao entrar em contato com “documentos” periódicos, o historiador deve se munir de uma visão crítica, ancorada numa ampla percepção do ambiente ao qual pertencem. É tarefa do historiador problematizar o seu objeto, com vistas a identificar aquilo que não está dito e que se oculta nas entrelinhas.

De fato, jornais e revistas não, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (DE LUCA, 2006, p. 140)

A imprensa escrita, representada pelos jornais, tornou-se um objeto promissor para o estudo da história política. Afinal, ela se presta, por meio da investigação histórica, a compreender, identificar, analisar fatos e acontecimentos, bem como ser um veículo disseminador de imagens que se fixa na memória dos seus habitantes através de suas crônicas, notícias, tendo um caráter doutrinário, vindo a mesma interferir no espaço público.

Como é sabido, um homem bem instruído é capaz de modificar o mundo à sua volta. Desde os primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam e controlam os jornais (CAPELATO, 1988, p. 13). Corroborando essa ideia, o redator do *Correio Braziliense* se apresenta como uma força ideológica que para alguns poderia significar avanços, entretanto, a outros um perigo iminente, algo temível passivo de exclusão:

Eu queria aqui registrar este facto, para que fique em memoria, e omittirei algumas reflexoens sobre o Governo Portuguez, a este respeito; porque espéro que ésta lição, que os tempos nos offerecem, lhes abra os olhos, dando-lhes a conhecer, que so a prosperidade do povo he quem faz a prosperidade do Governo, que quando se põem obstaculos, e entaves ao progresso, e propagação das sciencias, devem ficar taõ raros os homens sabios, que quando o Governo precisa delles, de repente, naõ os acha; e ve-se obrigado ou a lançar maõ de um homem instruido, mas sem boa moral; ou de um homem bom, mas estúpido, ou ignorante, e quanto menor he o numero de gente instruida, menos probabilidade ha de que o Estado seja servido por homens virtuosos e Sabios (*Correio Braziliense*, volume I, outubro de 1808, p. 393-394).

De acordo com Maria Helena R. Capelato (1988), em qualquer sociedade dividida entre dominadores e dominados, a instrução é uma arma poderosa de questionamento, e também formadora de opinião pública. Assim atuou o *Correio Braziliense*, semeando novas ideias, suscitando debates, promovendo e difundindo opiniões.

3 UM CALEIDOSCÓPIO DE IMAGENS: CARA OU COROA

Para situar melhor a importância dos periódicos no contexto político da Independência, é preciso recuar no tempo e discorrer sobre as formas de controle da circulação de impressos na América Portuguesa, durante o período colonial. Sujeitos à rigorosa censura até 1787, os livros foram alvo de uma política vigilante por parte de Portugal, posto que não lhe convinha que “houvesse civilização no Brasil. Desejando colocar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas da ignorância” (AZEVEDO, apud SODRÉ, 1999, p. 18).

Desde o século XVI durante a reforma Católica, até o século XVIII, a censura esteve presente no seio lusitano, estendendo-se aos seus territórios além mar. Com o ensejo de reaproximar e reagrupar seus fiéis, além de mudanças de reorganização na própria Igreja, esta instituiu medidas de caráter repressivo que transformaram a relação dos católicos com os livros. O Concílio de Trento, marco em oposição à Reforma Protestante, decretou, entre outras medidas, que tanto as missas e quanto a leitura da Bíblia fossem exclusivamente em *latim*, vetada o uso da língua local, além de estabelecer o *Index* – lista de livros proibidos. Os juízes eclesiásticos de cada diocese seriam, a partir de então, os responsáveis por averiguar todas as publicações e inspecionar os seus conteúdos. As pessoas que imprimissem ou fizessem circular livros e manuscritos não autorizados, além daqueles que possuíssem ou lessem tais escritos estavam sujeitos a penas e castigos. A Igreja passou a estar atenta e a cuidar daquilo que se escrevia e do que o povo lia, pois algumas leituras e livros tinham um caráter herético que atraía maldição e condenações (SODRÉ, 1999, p.9), bem como medidas de combater o avanço das teorias protestantes. Estas medidas foram prontamente adotadas por Portugal, país extremamente católico.

Em Portugal, antes mesmo do Concílio de Trento, o juiz eclesiástico ou ordinário era o encarregado pela censura, e ainda no século XVI passou a ser compartilhado com mais dois tribunais: o da Inquisição, em 1536, e o Tribunal de Palácio, após 1576 perdurando até o ano de 1768. Entretanto, eram tribunais independentes entre si, provendo cada um suas regras e normas. A princípio, a Inquisição³ e o Ordinário defendiam os interesses eclesiásticos enquanto que o Tribunal de Palácio ocupava-se de assuntos cívicos. Os assuntos religiosos consistiam na

³ Também conhecido como tribunal do Santo Ofício.

primeira pauta, ficando os de carácter político em um segundo plano, entretanto, conforme observa Villalta, essa ordem veio a alterar-se depois:

Esta tendencia se modificó con el tiempo. La censura inquisitorial acompañó a la progresiva politización de las ediciones portuguesas del siglo XVII, sobre todo las realizadas durante la Restauración de 1640, y amplió sus intereses más allá de los límites de la religión, examinando también los aspectos políticos y, con esto, causando ciertos problemas en la coordinación de la actuación de los revisores inquisitoriales y de la Corona. Muchas veces, herejía y debates de orden político se mezclaron en una misma obra, con lo que la censura, primordialmente religiosa, asumió un contenido político. (VILLALTA, 2008, p.3).

Entre os séculos XVI e XVII, algumas obras importantes foram proibidas ou censuradas pelo *Index*, como *Ropica Pnefma*, de João de Barros, considerada uma das manifestações mais importantes do renascimento português; *La Diana*⁴ de Jorge Montemayor, obra mais lida na América Portuguesa, e nada menos que *Os Lusíadas* de Camões e *Don Quixote*, cujos conteúdos foram alterados.

Já no século XVIII, cria-se em Portugal a Real Mesa Censória que unifica o sistema censório anteriormente dividido, com o objetivo de secularizar a censura, para atender às necessidades do Estado Absolutista Português. Neste novo órgão, o rei nomeava os censores, que eram eclesiásticos e funcionários leigos. Com o advento do Iluminismo, algumas ideias foram incorporadas, tais como o valor das ciências e razão, e outras repudiadas, principalmente aquelas que questionavam o absolutismo real, os domínios coloniais bem como os princípios religiosos.

Buscava-se fortalecer o poder do rei frente ao anti-absolutismo da nobreza, ao anti-monopolismo da burguesia mercantil e à hegemonia da aristocracia e a igreja, e, ainda que não confrontassem o poder do Estado, não ofereciam bases sólidas para o absolutismo português, ao contrário atribuía ao poder uma origem popular e limitações ao absolutismo real, principalmente os jesuítas:

Los jesuitas eran los principales propagadores de tales teorías e, incluso, se oponían, bajo la primacía de las Luces, al desarrollo de la economía y del comercio coloniales, fuente de acumulación y retención de riquezas en la metrópoli, así como a la definición de las fronteras de las posesiones portuguesas en América y a la animación de la cultura y de la educación en Portugal. (VILLALTA, 2008, p. 5-6)

⁴ Foi permitida somente em 1624, após a elaboração de um novo *Index*.

Segundo ainda o autor, com a criação da Real Mesa Censora⁵, os jesuítas foram considerados os principais responsáveis pela ignorância e atraso em que se encontrava Portugal, ao contrário das demais nações europeias. Outro fator de preocupação eram as tendências e ideais iluministas que criticavam a Inquisição, tanto quanto o ateísmo, a insurgência dos vassallos contra seus soberanos, além de contestar o absolutismo e o sistema colonial. Perante tais circunstâncias, o aparato de censura luso publicou alguns editos que proibiam a difusão de tais escritos e elaborou um novo Index.

Controlava-se os livros e impressos em virtude do grande número de pessoas que podiam ser atingidos, despertando também a curiosidade em relação a outras obras. Leituras como Bacon, Galileu, Descartes, Newton podiam influir negativamente nas atitudes morais das pessoas; e as obras de filósofos contrários ao absolutismo, a religião católica, ao colonialismo e adeptos ao iluminismo como Voltaire, Montesquieu, D'Alembert, Rousseau ou Diderot, eram particularmente perigosas. Assim, essas obras bem como livros e autores protestantes, contrários a fé católica, e que criticavam abertamente a Igreja e o Papado, além dos livros infamatórios e maçônicos – enfim, tudo o que perturbasse o Estado e sua ordem - eram proibidos em Portugal e isto se estendia às suas colônias.

O advento da vinda da corte joanina para a América Portuguesa não aboliu a censura, e grandes volumes de livros ficavam retidos na alfândega à espera de licença, principalmente depois da abertura dos portos. Também por iniciativa real, em razão das novas exigências políticas, foi criada a imprensa régia, interrompendo assim a proibição tradicional de toda e qualquer atividade de imprensa, como a publicação de jornais, livros ou panfletos. Essa imprensa régia ficou responsável pela impressão de documentos oficiais, como alvarás, leis e regimentos, além dos papéis diplomáticos. Posteriormente, livros, jornais e revistas começariam a ser editados e publicados. Além disso, a grande biblioteca real cruzaria os mares para se instalar no Rio de Janeiro, como uma das maiores de todas as Américas. Instalada a imprensa régia, foram criadas Juntas, responsáveis pelo exame e fiscalização de todos os papéis e livros

⁵ Em 1787, Maria I reformou a censura substituindo a Real Mesa Censora pela Comissão General para Exame e Censura, o que na prática subordinava a coroa novamente ao Papado. Dissolvida novamente em 1794, volta-se a antiga Tríplice Censura: Inquisição, Ordinário e Tribunal de Palácio, sendo essa última desempenhando papel central e final no processo de censura. Com o traslado da família real para o Brasil, criou-se a Junta Diretora de Imprensa Régia, órgão responsável pela fiscalização de impressos, comércio e circulação de livros na América Portuguesa.

impressos – ou seja, um instrumento de censura portuguesa. Nada se imprimia sem a prévia autorização desses censores.

O processo de Independência brasileira é tomado por uma plural e complexa cadeia de fatos que, de forma direta ou indireta, contribuíram significativamente para a emancipação da colônia portuguesa. Um caleidoscópio⁶ de oportunidades e um horizonte espesso emergiam com a possibilidade de eliminação da dominação colonial como também por outra ótica, a continuidade de pertencimento e manutenção à coroa portuguesa.

Seguindo a dinâmica do caleidoscópio, a cada giro do prisma, é possível observar cada ação, cada sentença ou mesmo informações capazes de formar cores alternadas e substanciais intenções, conceitos e toda uma cena de ações diretas ou codificadas. Neste contexto, a imprensa será um campo fértil que, pelo registro, narração e construção de fatos, gerará seus efeitos na sociedade local. Girando o prisma, tem-se primeiramente a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Criada após a chegada da corte a América Portuguesa, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro impresso da oficina áulica, ganhando a sua primeira edição em 10 de setembro de 1808. Era um periódico pobre, de quatro páginas in 4º, com circulação semanal de início e posteriormente trissemanal. Trazia sempre como epígrafe, dentro da praxe, os versos de Horácio: “*Doctrina sed vim promovet insitam, Rectique cultus pectoraroborant*”. Não se apresentava atrativo ao público e talvez essa não fosse a sua preocupação. Era o principal veículo de divulgação dos valores da monarquia, atuando como porta-voz da corte. Divulgando notícias extraídas de outras gazetas da Europa, durante a sua longa vigência ocupou-se em engrandecer os eventos ligados à corte portuguesa, narrando os seus feitos, reproduzindo os panegíricos, noticiando a incansável e gloriosa luta contra o domínio francês em Portugal. Também informava ao público o estado de saúde de todos os príncipes europeus, bem como registrava em suas páginas documentos de ofício e notícias relativas aos natalícios da família real. Como era revisto pelos censores antes de sua circulação, assuntos referentes às lutas de independência das vizinhas colônias espanholas ou notícias contrárias à moral e aos bons costumes eram cuidadosamente banidos de suas páginas.

⁶ Um caleidoscópio é feito de três faces organizadas em prisma que geralmente está contido dentro de um cilindro. No interior do prisma são depositados, pequenos vidros coloridos, ao observar a imagem projetada no caleidoscópio, cada vez que giramos o cilindro ela revela uma imagem, uma versão diferente. (SILVA, Elisângela Soares; Em Pauta: a tropicália como notícia: (1967-1972). Monografia apresentada ao Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), 2011, p.6.)

Se a abertura dos portos significou uma profunda subversão do pacto colonial, a criação de uma imprensa não fugiu à regra. Ainda que a grande maioria da população fosse analfabeta, e que houvesse uma rigorosa censura por parte das autoridades portuguesas perante a circulação de impressos, a *Gazeta do Rio de Janeiro* atuou como um grande meio articulador e propagandista da monarquia portuguesa. Afinal, era preciso divulgar, criar, fixar alguns personagens e fatos na memória da nova sede da monarquia portuguesa, erigindo-a como um monumento a ser celebrado (LE GOFF, 1996, p. 423). Afinal, segundo Le Goff, todo documento é monumento, visto que o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (LE GOFF, 1996, p. 526).

Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar. (CRUZ; PEIXOTO, p. 254, 2007)

O uso da imprensa como fonte histórica não tem por objetivo apenas a reconstituição dos eventos que constituíam a crônica política da época, como se se limitasse apenas a refletir o ambiente em que estava inserida. Ao contrário, a imprensa era parte integrante, ingrediente de força e voz ativa, interferindo, modificando e mesmo influenciando o mundo à sua volta, alterando a percepção dos acontecimentos e disseminando interpretações sobre o passado, o presente e o futuro. No limite, a imprensa contribuiu para o processo de elaboração de uma determinada consciência, ajudando a forjar a identidade de um povo como nação. E, como tal, não se pode esquecer que ela opera no campo da intencionalidade, funcionando como o suporte de projetos políticos específicos, profundamente articulados ao seu contexto histórico.

Enquanto que a *Gazeta do Rio de Janeiro* buscava construir a imagem de uma sociedade harmoniosa, cujo epicentro situava-se na corte, atualizando o imaginário da monarquia como o regime político destinado a garantir o bem estar dos povos, o *Correio Braziliense* visava expor a fragilidade daquela imagem, contrapondo-a à ordem, a rebeldia e o conflito:

(...) dedicado ao serviço de S. A. R. o Príncipe Regente de Portugal, deixar passar em silencio ataques reiterados, que se fulminão impunemente n'uma obra incendiaria, intitulada *Correio Braziliense*, feita de proposito para arruinar a ordem, e tranquilidade dos povos nesta parte do mundo. (...). O Redactor do *Correio Braziliense*, desde que se occupa em sua redacção, não faz mais que atacar directamente as authorities constituídas de meu Augusto Amo, forcejando por desacreditar a sua administração (...). (*Gazeta do Rio de Janeiro*, número 134, 03 de dezembro de 1809, p. 02).

Como um jogo, ambas as publicações se contrapunham, se chocavam e se repeliam, obrigando os jogadores a mudar as suas táticas e estratégias. Nesse quadro, a imprensa emerge como uma força política que perturba, desorienta e ameaça - um adversário que deve ser combatido e aniquilado.

3.1 A outra carta de um prisma

Manda El Rey Nosso Senhor excitar a exacta observancia da sua Real Ordem de 17 de Setembro 1811 participada á Meza do Dezembargo do Paço, 22 de Março de 1812, e que prohibio nestes Reynos a entrada e publicação do periodico intitulado *Correio Braziliense*, e de todos os escriptos de seu furioso e malvado Author. E por que ainda mais sediciosas e incendiarias, se he possivel, as terriveis maximas do outro periodico intitulado o *Portuguez*, que também se dirige a concitar tumultos é revoluçoens nos povos, para perturbar a harmonia estabelecida, entre todas as ordens do Estado, e introduzir a anarchia... (...).

(Correio Braziliense, Julho de 1817, volume XIX, pag. 03)

Censurado na América Portuguesa, o *Correio Braziliense* foi o primeiro periódico publicado por um brasileiro, ainda que em solo inglês, voltado para os acontecimentos internos do Brasil, cobrindo também o campo internacional, com destaque para Portugal. Pode ser considerado uma visão externa da América Portuguesa, em contrapartida à *Gazeta do Rio de Janeiro*.

O exilado Hipólito José da Costa formou-se na Universidade de Coimbra, diplomando-se em Direito e Filosofia, adquirindo, no entanto, um vasto conhecimento em outras áreas, além de sua natural vocação para o periodismo. Entre os anos de 1798 e 1800, foi em missão de caráter econômico e científico aos Estados Unidos e México, e, conseqüentemente, obteve contato com os ideais dos movimentos separatistas nos territórios hispano-americanos. Preso em Portugal pela Inquisição, após três anos de cárcere empreendeu fuga para a Inglaterra, permanecendo lá até 1823.

Em solo inglês, Hipólito convenceu-se de que um jornal de língua portuguesa, em um país com liberdade de imprensa, seria um extraordinário instrumento para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, já que a invasão francesa em Portugal havia obrigado muitos lusitanos a fugir para a Inglaterra. Ele então fundou, em junho de 1808, o “*Correio Braziliense*” ou “*Armazém Literário*,” que circularia mensalmente sob sua direção, até dezembro de 1822. Apesar de proibido pela censura a partir de 1809, o jornal era lido por muitos na América Portuguesa e

possuía uma característica peculiar – era mais do tipo doutrinário do que noticioso. Seus escritos eram lidos com entusiasmo em razão da clareza de sua redação. Por conta disso se tornou o jornal que mais incomodava as autoridades políticas portuguesas.

Diferentemente do jornal oficial que tinha uma periodicidade curta, o mensário *Correio Braziliense* era uma brochura com um alto preço, lido, comentado e com grande repercussão nas camadas mais esclarecidas. E como bem descreve Nelson Werneck Sodré (1990), foi o primeiro periódico publicado por brasileiro, e primeiro livre da censura portuguesa que circulou de 1 de junho de 1808 a dezembro de 1822, impresso na oficina de W. Lewis, em Londres, saindo regularmente todos os meses, num total de 175 números, de 96 a 150 páginas in 8º, formando 29 volumes. Trazia abaixo do título os versos de Camões: “*Na quarta parte nova os campos ara\ E se mais mundo houvera lá chegara*”. Dividia-se em seções: *Política*, contendo documentos oficiais, nacionais e estrangeiros; *Comércio e Artes*, com informações sobre o comércio nacional e internacional; *Literatura e Ciências*, com informações científicas e literárias, livros e sua crítica; *Miscelânea*, com matéria variada, informações do Brasil e de Portugal e até polêmicas. Dentro dessa última seção as subseções de Reflexões, sobre as novidades do mês, com os comentários dos acontecimentos recentes e *Correspondência* que inseria as comunicações recebidas, às vezes anônimas, às vezes sob a responsabilidade de estranhos, com os próprios nomes ou pseudônimos, além de serem espaços em que expunha as suas opiniões, tratando de assuntos relevantes como independência, liberdade de expressão e imprensa, bem como os ideais liberais. Refletia nos seus comentários a posição da burguesia inglesa que, no processo de autonomia da área americana de ocupação ibérica, era uma em relação à Espanha e outra em relação a Portugal, de cuja subordinação se esperava sempre soluções dos problemas de interesse britânico sem quebra da aliança⁷.

A princípio, conforme relata Nelson W. Sodré (1999), o *Correio Braziliense* não foi fundado com o propósito de pregar a independência da América portuguesa, mas se apresentava como um árduo crítico da administração local, propondo-se a “preparar para o Brasil instituições liberais e melhores costumes políticos”, além de ser um ferrenho defensor da liberdade de opinião. E isso deixou claro em suas linhas:

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil, 4. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 23-24.

Ninguem tem atacado mais os defeitos da administração do Governo do Brazil, do que tem sido o *Correio Braziliense*. Começou este periodico ha mais de onze annos, só para esse fim, sendo accidentaes todas as outras matérias; e para isto se fôram ajunctando nesta collecção, todas as noticiaes officias; pertencentes á época em que escrevemos, posto que nisso tenhamos tido grandes difficuldades, ja por que escrevemos em paiz estrangeiro, e mui distante do nosso, ja por que escrevemos contra os defeitos da administração, todas as pessoas em autoridades, principalmente, as em que se falla directamente, devem ser inimigas dessa obra, e embaraçar-lhe os meios de obter informaçoes authenticas. (*Correio Braziliense*, Agosto de 1819, Volume XXIII, p. 174)

Ainda segundo o autor, essa defesa da austeridade em relação à administração da colônia tinha uma finalidade mais moralizadora do que subversiva, mais ética do que revolucionária (SODRÉ, 1999, p.23). Entretanto, uma série de eventos levariam o *Correio Braziliense* a empreender uma luta pela autonomia política do Brasil, em busca da constituição de uma nação livre.

Outro ponto em destaque é a elevação do Brasil à categoria de reino, algo que representa um pequeno passo, mas de implicações profundas:

(...) e dando ao mesmo tempo a importancia devida á vastidão e localidade dos meus dominios da America, á copia e variedade dos preciosos elementos de riqueza, que elles em si contém: outrosim, reconhecendo quanto seja vantajoso aos meus fieis vassallos em geral uma perfeita uniaõ, e identidade entre meus Reynos de Portugal e dos Algarves, e os meus dominios do Brazil, erigindo estes áquella graduação e cathegoria política, que pelos sobredictos predicados lhes deve competir; (...)

1. Que desde a publicação desta Carta de Ley o Estado do Brazil seja elevado á dignidade, preeminencia, e denominação de Reyno do Brazil.
2. Que os meus Reynos de Portugal, Algarves, e Brazil, formem d'ora em diante um só e unico Reyno, debaixo do titulo de Reyno Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves. (*Correio Braziliense*, Fevereiro de 1816, volume XVI, p. 184).

Durante a sua existência, o periódico *Correio Braziliense* será uma ameaça constante por suas ideias políticas inovadoras, as quais concorrerão para a difusão, em terras brasileiras, de noções como independência, união, de identidade e nação. Críticas constantes aos administradores da corte e sua forma de governar, somados aos movimentos de independência da América Espanhola⁸, “fazei por tanto o vosso dever – abraçai a independência, e fazei saber, aos

⁸ Sobre a Independência das colônias da América Espanholas, pode-se consultar:

Correio Braziliense, Fevereiro de 1811, volume VI, p. 194.

Correio Braziliense, Março de 1811, volume VI, p. 300.

Revolução em Santa Fé - *Correio Braziliense*, Dezembro de 1810, volume V, p. 624.

Reino de México - *Correio Braziliense*, Maio de 1811, volume VI, p. 573.

Venezuela - *Correio Braziliense*, Agosto de 1811, volume VII, p. 212-213.

Venezuela - *Correio Braziliense*, Janeiro de 1812, volume VIII, p. 9 - 10.

Venezuela - *Correio Braziliense*, Abril de 1812, volume VIII, p. 428.

Declaração de Independência Chile - *Correio Braziliense*, Maio de 1818, volume XX, p. 553.

habitantes da America do Norte, que vós sereis taõ felizes e independentes como elles”⁹, são sedimentos que vão se concretizando e se moldando com o passar do tempo. O certo é que essa era uma carta de peso e seus efeitos já repercutiam no jogo.

É bem interessante comparar a forma como ambos os periódicos abordam os eventos relacionados à Revolução Pernambucana:

A commoção do Brazil he motivada por em descontentamento geral, e não por machinaçoens de alguns individuos ;(...)
 Repetimos outra vez, porque o ponto he da maior importancia, o descontentamento he geral, e generalissimo, porque as suas causas abrangem a todos;(…)
 (Correio Braziliense, Maio de 1817, volume XVIII, p. 557-558).

Temos demorado por longo tempo o communicar aos nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos successos, acerca da revolta de Pernambuco, não tanto pelo horror, que sentiamos em refletir semelhante acontecimento ainda que bem desejaríamos não manchar com tal atrocidade as paginas da Historia Portugueza, tão distinta pelos testemunhos de amor, e respeito, que os vassallos desta nação consagrarão ao seu soberano nas occasioes de maior apuro, (...) As noticias mais individuaes, que ultimamente tem chegado, nos tirão desta incerteza, mostrando que na funesta rebellião de Pernambuco não teve parte a maioridade dos seus habitantes; (...)
 (Gazeta do Rio de Janeiro, Maio de 1817, número 039, p. 02)

Para o *Correio Braziliense*, não se tratava de um evento isolado, mas antes de um sentimento generalizado em todo o país. Bem diferente é a interpretação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que se empenha em circunscrever o movimento a poucos indivíduos, destituindo-o de importância política.

Como dito anteriormente, a veiculação de notícias nesses periódicos contribuiu de forma decisiva para a precipitação do processo de independência, à medida que propagou ideias e concepções, posicionando-se em relação à conjuntura política do seu tempo.

Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, p. 258, 2007)

A imprensa não está acima do mundo; como uma força social ela assimila os interesses de diferentes forças sociais, o que a torna espaço privilegiado de articulação de determinados

⁹ CORREIO BRAZILIENSE, Fevereiro de 1810, volume IV, p. 193.

projetos que elaboram uma compreensão da temporalidade, ligando e interagindo relações presente/passado ao de perspectivas de futuro. Ao mesmo tempo se configura como fomento à adesão ou ao dissenso, na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, etc. (CRUZ; PEIXOTO, p. 259, 2007).

É importante destacar que foi somente na América Portuguesa que uma corte permaneceu por cerca de 13 anos, deixando, quando de sua partida, um herdeiro legítimo da Coroa. A colônia que outrora experimentou ser metrópole, não poderia retroceder para o antigo estatuto; só lhe restava tornar-se um país autônomo, ainda que isso implicasse uma relação de continuidade com o passado.

O capítulo a seguir visa examinar como a imprensa concorreu para a formação de uma incipiente opinião pública, influenciando assim o processo de emancipação da América Portuguesa. Apesar da colônia ser habitada por uma maioria analfabeta, a imprensa sempre desperta e incomoda.

4 CONSTRUINDO UMA NAÇÃO: O BRAZIL COMEÇA A DESCOBRIR O BRASIL

Desde fins do século XVIII, o lugar da colônia americana no conjunto do império português, vinha sendo paulatinamente alterado. Do rompimento do pacto colonial, em que a colônia configura-se como a nova metrópole, até a elevação de Reino Unido a Portugal e Algarves e posterior construção de uma nação próspera e livre, é sabido que o processo de independência brasileiro revelou-se complexo – e bem o prova a diversidade de abordagens e formulações que caracteriza a historiografia sobre a independência.

Seguindo o tema da construção da ideia de nação, girando novamente o prisma, temos a última imagem do caleidoscópio. Trata-se dos periódicos que criam, articulam, divulgam ou disseminam ideologias, identidades e representações e que concebem a América Portuguesa como uma nação, uma entidade política predisposta a concretizar-se quase que fatalmente no tempo.

4.1 O poder ideológico escrito em páginas

Como fontes históricas, os jornais não evocam apenas o passado, como se refletissem fielmente os eventos de seu tempo; ao discorrer sobre o presente, eles enunciam um discurso sobre o passado, o presente e o futuro, instaurando um repertório de representações que atuam no tempo, participando ativamente do processo histórico.

Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras palavras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas do governo, da dinâmica do país, da formação do seu povo, do destino da nação (MARTINS; LUCA, 2008: 8).

Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca(2008) observam que a ideologia política nesses periódicos tinha um importante papel na formação de opiniões. Segundo Luiz Amaral (1982)

não se pode negar que uma das funções desempenhadas pelos jornais tem um claro carácter político: ao fazer circular ideias e formulações, eles dinamizam o debate político, representando e ampliando, ao mesmo tempo, os padrões culturais da época. O autor ainda chama atenção para o carácter opinativo dos primeiros jornais surgidos na América Portuguesa:

Também no Brasil os primeiros jornais eram de opinião. Registre-se o *Correio Brasiliense*, de Hypolito José da Costa que embora quase sempre movido por interesses mesquinhos, pregou contra o absolutismo e em favor das liberdades políticas e das instituições civis (AMARAL,1982: 18).

Em contrapartida ao *Correio Braziliense*, para Nelson W. Sodré (1999) a *Gazeta do Rio de Janeiro* caracterizava-se pela defesa do absolutismo então em crise, posto que se empenhava em proclamar as virtudes da monarquia, opondo-se aos ideais que se disseminavam por intermédio de outros jornais que circulavam pela América Portuguesa. (SODRÉ, 1999, p. 29).

Os meios de comunicação, em especial os periódicos, vêm ganhando cada vez mais terreno no interior do campo historiográfico, particularmente nos estudos sobre a história política. Como observa René Rémond (2003;36), “não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais”.

E dentro do campo da história política, os periódicos como *Correio Braziliense* trazem um grande poder ideológico em suas páginas. Compactuando com Luiz Amaral (1982) em que os jornais tem género opinativo, este periódico na sua seção *Miscellanea*, conforme já descrito no capítulo 3.1, traz um carácter claramente argumentador, emitindo opinião e posicionando ideologicamente acerca dos acontecimentos. Deste modo, o simples ato de explicar um fato ou um dado acontecimento veicula uma ideologia que, em certa medida, influencia as ideias e as condutas, atuando no imaginário social ou coletivo. Exemplo disso é a forma como articulou as decisões tomadas pelas Cortes Constituintes após a Revolução do Porto:

O systema das Junctas Governativas, nas differentes provincias do Brazil, he um meio directo de tirar ao Brazil a cathegoria de Reyno, dillacerando-o em divisoens; e para fazer mais sensivel este mal, as taes Junctas de Provincia não possuem a força armada, nem governam as rendas publicas; o que poem, de proposito, um germen de discordia em cada provincia, ao mesmo tempo que desune as provincias uma das outras. Accresce agóra o projecto, que se agita nas Cortes, de tornar a fazer de Lisboa o emporio do commercio do Brazil (...), o que tudo tende a mostrar o plano de fazer retrogradar o Brazil de sua dignidade de Reyno e reduzillo a seu antigo estado de dependência de Portugal, o que não he uniaõ mas sujeição(...)
(*Correio Braziliense*, Fevereiro de 1822, volume XXVIII, p. 167)

Aqui há um antagonismo em que a América Portuguesa se via defrontada: recolonização versus autonomia, preservação dos direitos recém-adquiridos ou sujeição. Fica evidente, nos argumentos do redator, que as Cortes queriam retomar o controle da colônia, e, para evitar essa retroação, é preciso instituir um “inimigo” comum a todas as províncias: as cortes. Corroborando essa ideia, Gladys Sabina Ribeiro (2002), acrescenta que a instauração do liberalismo em Portugal e o retorno da família real para Lisboa – uma das condições impostas pela corte - faziam ressurgir a antiga relação metrópole/colônia, e o Brasil, então na posição de “metrópole”, via-se ameaçado de retornar à sua posição de colônia portuguesa.

Entretanto, ainda segundo a autora, a questão colonial não era a única carta que estava em jogo: havia também os interesses econômicos e o monopólio comercial por parte da burguesia enraizada no Brasil, em oposição aos comerciantes de Lisboa e Porto, que ganhavam cada vez mais espaço, além das consequências provocadas pela Revolução do Porto, como a disseminação dos ideais de liberdade e igualdade.

4.2 Brasil: a grande nação nas páginas de jornais

A elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, não foi apenas um lance de alta diplomacia; mas encontrou no recém-criado Reino do Brasil a referência palpável da sua politização (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 154). Ainda que sob um plano simbólico, o novo reino era um aglomerado de capitanias subordinadas a um único soberano e também rei de todo um império.

Havia uma grande diversidade de identidades regionais no mundo colonial. Muitas eram, inclusive, díspares. Para Rodrigo Motta, as representações configuram um repertório do qual fazem parte ideologias, memória, imaginação, mobilizando mitos, símbolos e discursos (MOTTA, 2009, p.21). Em uma sociedade diversificada e fragmentada como a América Portuguesa, o apelo à dimensão coletiva é indispensável à coesão de um grupo, sociedade ou nação. Motta assim conceitua cultura política:

O conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras

comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21)

É possível identificar, nos periódicos em questão, o recurso à dimensão coletiva da nação. O *Correio Braziliense*, por exemplo, traz em suas páginas o manifesto¹⁰ do príncipe regente, cujo discurso conclama os “Brazileiros,” evidenciando uma dimensão nacional; ou, ainda, “reunido todo o Brazil”, expressando uma ideia de identidade coletiva organizada em torno de um líder soberano.

Brazileiros! __ Está acabado o tempo de enganar os homens. Os Governos, que ainda querem fundar o seu poder sobre a prendida ignorancia dos povos, ou sobre antigos erros e abusos, tem de ver o colosso da sua grandeza tombar da frágil baze, sobre que se erguera outrora. Foi por assim o não pensarem, que as Cortes de Lisboa forçaram as províncias do sul do Brazil a sacudir o jugo, que lhes preparavam: foi por assim pensar, que eu agora ja vejo reunido todo o Brazil em torno de mim; requerendo-me a defeza de seus direitos e a manutenção de sua liberdade e independência. Cumpre portanto, oh Brazileiros, que eu vos diga a verdade;(…)
(*Correio Braziliense*, Outubro de 1822, volume XXIX, p. 417-418)

É interessante notar como se projeta para o futuro a criação de uma grande nação, de modo a se instituir no presente os seus alicerces: “Encarai Habitantes do Brazil, encarai a perspectiva de gloria e grandeza, que se vos ant’olha: não vos assustem os atrásos da vossa situação actual(…)”¹¹. É em nome do futuro que as províncias conflituosas como Pará, Pernambuco e Bahia são conclamadas a se unir às demais para que, juntas, possam almejar grandezas maiores. Transita-se então, de formas de consciência nativista, difusas e vincadas por localismos, para uma consciência mais ampla, de país independente (MOTA, 2000, p. 213).

Naõ se ouça, pois entre vós outro grito que não seja União. __ Do Amazonas ao Prata não retumbe outro echo que não seja __ Independencia __ Formem todas nosas províncias o feixe mysterioso, que nenhuma força pode quebrar. Desappareção de uma vez antigas preoccupaçoes, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer província, ou de qualquer cidade. (*Correio Braziliense*, Outubro de 1822, volume XXIX, p. 426-427)

Illustres Bahianos, porção generosa e malfadada do Brazil, a cujo solo se tem agarrado mais essas famintas, e empestadas harpias; quanto me punge o vosso destino! Quanto o não poder a mais tempo ir enxugar as vossas lagrimas, e abrandar a vossa desesperação! Bahianos, o brio he vossa divisa, expelli do vosso seio esses monstros, que se sustentam dos vosso sangue; não os temaes, vossa paciencia faz a sua força. Elles já não são Portuguezes, expelli-os e vinde reunir-vos a nós, que vos abrimos os braços.

¹⁰ Manifesto de S. A. R. o Príncipe Regente Constitucional, e Defensor Perpetuo do Reyno do Brazil, aos povos deste Reyno. (CORREIO BRAZILIENSE, Outubro de 1822, volume XXIX, p. 417-428).

¹¹ CORREIO BRAZILIENSE, Outubro de 1822, volume 29, p. 426

Valentes Mineiros, intrepidados Pernambucanos defensores da liberdade Brazilica, vóai em socorro dos vossos vizinhos irmãos: não he a causa de uma provincia, he a causa do Brazil, que se defende na Primogenita de Cabral. Extingui esse viveiro de fardados lobos, que ainda sustentam os sanguinarios caprichos do partido faccioso. Recordai-vos Pernambucanos das fogueiras do Bonito, e das scenas de Recife. Poupai porem e amai, como irmãos a todos os Portuguezes pacificos, que respeitam nossos direitos, e desejam a nossa e sua verdadeira felicidade.

Habitantes do Ceará, do Maranhão, do requissimo Pará, vós todos das bellas, e amenas provincias do Norte, vinde exarar, e assignar o acto da nossa emancipação, para figurarmos (he tempo) diretamente na grande associação politica: Brasileiros em geral, Amigos, reunamos-nos; sou vosso compatriota, sou vosso defensor; encaremos como unico premio de nossos suores, a honra, a prosperidade do Brazil. Marchando por esta estrada verme-heis sempre á vossa frente, e no lugar do maior perigo. A minha felicidade (convencei-vos) existe na vossa felicidade: he minha gloria reger um povo brioso, e livre. Dai-me o exemplo das vossas virtudes e da vossa uniaõ. Serei digno de vós. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Agosto de 1822. (Assignado) PRINCIPE REGENTE. (Correio Braziliense, Outubro de 1822, volume XXIX, p. 427-428)

Corroborando com a ideia de Carlos G. Mota e o discurso do *Correio Braziliense*, referidas acima, Serge Berstein (1998), contribui com essa ideia ao dizer que o conceito de cultura política implica uma visão comum do passado e do futuro, partilhada por todos os membros da comunidade, que nela se reconhecem e se legitimam como integrantes de um mesmo grupo. Em suas palavras:

Factor de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte colectivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual. (BERSTEIN, 1998, p. 362-363)

A evocação de uma nação grande e próspera, regida por uma constituição que visa a felicidade de todos, atravessa as páginas do *Correio Braziliense*:

Cidadãos de todas as classes, mocidade Brasileira, vós tereis um codigo d'instrucção publica nacional, que fará germinar, e vegetar viçosamente os talentos d'este clima abençoado, e collocará a nossa constituição debaixo da salva-guada das gerações fucturas, transmittindo a toda a Nação uma educação liberal, que comunique aos seus membros a instrucção necessária para promoverem a felicidade do grande todo Brasileiro. (Correio Braziliense, Setembro de 1822, volume XXIX, p. 426)

A supressão dos conflitos em nome da comunhão dos povos remete diretamente para as considerações de Ansart (1978) sobre o papel da ideologia no imaginário político. Ou seja, por um efeito retórico, as tensões no interior da nação são elididas e deslocadas para um inimigo comum. Isto é particularmente relevante quando se trata de um processo de independência,

em que é preciso caracterizar a realidade nos termos de um conflito entre o oprimido e o opressor, entre a vítima e o agressor. Nessas circunstâncias, as ideias funcionam como um poderoso instrumento de legitimação ou contestação:

Gostaríamos de mostrar como a produção ideológica pode permitir o mascaramento, a deslocação, ou o desvio dos conflitos ou das potencialidades do conflito, de que modo pode ainda exagerar o conflito, ou amenizá-lo, articulando um conflito imaginário sobre as potencialidades efetivas. A ideologia surgirá como um instrumento permanente dos poderes e como o ponto simbólico onde os poderes são incessantemente legitimados ou contestados, reforçados ou enfraquecidos. (ANSART, 1978, p. 10-11).

Na perspectiva do *Correio Braziliense*, o Brasil, alçado da posição de colônia à metrópole, encontra-se ameaçado pela Revolução do Porto,¹² cujos protagonistas são vistos como inimigos a serem vencidos. Em sua interpretação, o evento é uma reação em defesa dos privilégios adquiridos pelos grupos instalados no território brasileiro, a exemplo dos comerciantes, intelectuais, pessoas ligadas ao comércio de exportação e importação de bens, responsáveis pelo aguçamento dos movimentos de libertação política. O *Correio Braziliense* aponta, com o dedo em riste, o inimigo comum a ser debelado:

Poderá até argumentar-se com um princípio, verdadeiro em alguma extensão, e he, que a guerra de Portugal, produzirá no Brazil o bom effeito de reunir os povos, para cuidarem em sua mutua defensa, suffocando-se assim a diversidade de opinioens internas, e dando a mesma guerra lugar a que convenham com mais facilidade em sua forma de governo; porque a mutua necessidade de defensa convecerá os Brazilienses da importancia de sua uniaõ. (*Correio Braziliense*, Setembro de 1822, volume XXIX, p. 385)

Outro aporte importante refere-se à questão da nação ou nacionalismo. A construção de uma nação ou mesmo de um sentimento nacional está presente nesses periódicos. Em relação a este assunto, Benedict Anderson propõe uma definição para nação como uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. (ANDERSON, 1989, p. 14). Isso sugere que a nação é algo construído e não o produto de uma civilização.

A nação imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. (...) É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico

¹² A revolução do Porto foi uma revolução liberal realizada basicamente por militares e comerciantes na cidade de Porto, exigindo uma nova constituição representada por todos os deputados que representassem os domínios do Reino Português. Uma das exigências dessa nova constituição era o retorno imediato da corte de Bragança para a capital portuguesa.

hierárquico, divinamente instituído. (...) as nações sonham em ser livres e, se sob as ordens de Deus, que seja diretamente. O penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano. (ANDERSON, 1989, p. 15-16).

Nação, constituição, união, independência são noções que adquirem um novo sentido, nunca antes experimentado nestas partes (MOTA, 2000, p. 213). O Brasil, Reino Unido a Portugal e Algarves já caminhava e tinha todas as condições para se concretizar como uma nação livre – “ja sois um povo Soberano, ja entrastes na grande Sociedade das Naçoens independentes, a que tinheis todo o direito”¹³. Ainda que de forma não linear, pode-se entender que a anterior identidade luso-americana poderia tornar-se brasileira, adquirindo autonomia e amalgamando as demais identidades políticas já presentes desde a colonização. A partir daí, a *nação brasileira* tornava-se plausível se referida ao Estado – o Reino do Brasil – que definia seus contornos como uma comunidade politicamente imaginável (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 155).

Cumpriram-se em fim os progosticos, e alcançaram as Côrtes de Portugal realizar a desmembração da antiga Monarchia Portugueza, estimulando o Brazil, a pezar dos desejos de uniaõ daquelles povos, a declararem a sua total independência, e constituirem-se em nação separada de Portugal (...)

Nestes termos os Brazilienses patriotas, que tinham influencia na sua nação, deviam á sua consciência, deviam á seus concidadaõs, deviam á posteridade, e ao mundo inteiro prevenir a tempo esses males da anarchia, como fizeram, declarando a sua independência (...); e tractáram de constituir-se em Nação, acclamando seu Monarcha, e convocando este os Deputados do Povo, para estabelecerem solemnemente sua forma de governo.

(Correio Braziliense, Dezembro de 1822, volume XXIX, p. 593-595)

Mais uma vez, diante das “ameaças” das Cortes Constituintes, o *Correio Braziliense* evoca a união dos brasileiros, em torno da defesa dos valores inerentes ao patriotismo. Os conflitos presentes em algumas regiões - que resultaram na decisão de algumas capitânicas em aderir às cortes, opondo-se ao poder central do Rio de Janeiro - serão superados pelo espírito coletivo, essencial para afastar qualquer tentativa de fragmentação, em nome do caráter nacional. Na perspectiva desse jornal, o Brasil contava com todos os requisitos para se concretizar como umas das mais vastas e grandiosas nações:

Habitantes do Brazil! Continuai a imitar a moderação, que nesta epocha memoravel tem manifestado vossos irmaõs. He só no socego, e na uniaõ dos sentimentos patrioticos, que se formam costumes e se adquirem esses habitos, essencialmente necessarios para a mudança que fazemos. Naõ he de outro modo que se fortalece um espirito publico, e um character nacional, ésta virtude, verdadeira origem de todas as outras virtudes sociaes e cívicas, que distingue e enobrece os povos civilizados(...)

(Correio Braziliense, Setembro de 1821, volume XXVII, p. 190-191)

¹³ CORREIO BRAZILIENSE, Outubro de 1822, volume 29, p. 423

O *Correio Braziliense* soube usar de sua força de expressão e de sua atuação opinativa para lançar os alicerces ideológicos da nação brasileira. E se assim o fez, foi graças ao fato de ser o único periódico português do tempo que podia manifestar independência, dado que se editava fora dos domínios reais e tinha à sua frente um homem de espírito desassombrado e clarividente. Tais condições permitiram que o *Correio Braziliense* se consolidasse como o melhor, senão o único, veículo de denúncia das mazelas da administração brasileira (LIMA, Oliveira apud SODRÉ, 1999, p. 21).

Em dezembro de 1822, o *Correio Braziliense* se despede de seu público, dando por encerrada a sua atuação. Já não havia mais necessidade de um veículo estrangeiro se dedicar à divulgação das notícias nacionais ou internacionais, uma vez que havia sido instaurada a liberdade de imprensa e as novas gazetas se encarregariam, doravante, deste ofício. Entretanto, deixa uma ressalva qualificando sua característica de opinativo em que: “deixará pois o *Correio Braziliense* de imprimir-se mensalmente; e só sim todas as vezes, que se oferecer materia, sobre que julgemos dever dar a nossa opiniaõ, a bem da nossa patria; (*Correio Braziliense*, Dezembro de 1822, volume XXIX, p.623). Assim se despede.

5 CONCLUSÃO

O processo de independência brasileira é uma equação de diferentes projetos políticos que vão se digladiando ao longo dos tempos. Para entendê-lo, é preciso encetar um esforço de constante renovação de fontes, métodos e abordagens. Novos problemas e questões lançam luzes sobre o tema, abrindo vias de investigação inéditas a partir das fontes tradicionais e de outras ainda desconhecidas.

Abordar, tematizar e construir essa pesquisa – o processo de emancipação brasileira na imprensa - utilizando para isso as fontes jornalísticas, constituiu uma via de investigação das mais promissoras. O que se buscou fazer aqui nada mais foi do que apresentar as possibilidades que tais fontes abrem ao estudioso, a partir de uma questão específica e de um número limitado de edições.

É inegável que a chegada da corte de Bragança à América Portuguesa alterou significativamente os quadros tradicionais, impactando as culturas políticas de uma época convulsionada. É inegável também o papel desempenhado pelos periódicos na arena política que ali se constituiu: sem negar o alto poder de circulação das ideias políticas no período colonial, o fato é que a emergência de uma opinião pública, alimentada pelos textos informativos e opinativos, só pôde se processar a partir da criação de uma imprensa local. Ao pautar o noticiário político, elegendo os seus temas, privilegiando determinadas interpretações, estabelecendo uma perspectiva crítica quanto aos seus desdobramentos, os periódicos ecoaram as disputas políticas que então se travavam naquela sociedade. Ao fazê-lo, não se limitaram apenas a comentar os eventos, mas, ao contrário, lograram mudar o curso deles, influenciando o debate dos projetos políticos que se elaboravam para o futuro da nação.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, ainda que fosse o veículo oficial da corte, era também a vitrine de divulgação dos grandes feitos protagonizados pela corte, aproximando o cotidiano monárquico, até então distante, da realidade dos súditos americanos. Compunha-se de muitos fragmentos de notícias de outras gazetas, principalmente as da Europa e muito pouco ou quase nada relatava sobre os processos de autonomia das demais regiões do continente americano. As referências a esses assuntos quase sempre tinham por objetivo desqualificá-los, identificando-os à desordem causada por alguns descontentes, responsáveis por macular as páginas heroicas

portuguesas, a exemplo da revolução Pernambucana. Assim, a *Gazeta do Rio de Janeiro* atuou como um veículo de difusão dos valores monárquicos, ecoando o rearranjo das forças políticas que culminaram na formação de uma elite local – elite que teria um grande protagonismo no processo de emancipação e formação do Estado Brasileiro.

Assim como a *Gazeta do Rio de Janeiro* era uma carta estratégica para a corte, funcionando como um veículo de propaganda dos valores monárquicos, havia outra carta indesejável, que precisava ser retirada do jogo colonial, mas tinha um grande peso e exerceu uma das mais significativas influências.

Em seus escritos, veiculados pelo *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa não criticava a monarquia e nem o monarca, mas sim as estruturas administrativas que compunham a corte, bem como alguns administradores, sendo um grande instrumento na propagação da ideologia do Brasil como uma grande nação politicamente autônoma. Talvez fosse um dos veículos jornalísticos que mais incomodava o poder central.

O *Correio Braziliense* soube muito bem apropriar-se das cartas que estavam em jogo. Para cada disputa, a carta certa. Este jornal atuou como veículo disseminador do projeto de construção do vasto Império do Brasil, reconhecendo-o como uma entidade política real, ainda que, na realidade, fosse apenas uma representação virtual.

Em seus quase quatorze anos de circulação, este periódico insistiu na ideia de que era possível reunir as várias capitanias fragmentadas em favor da unidade de um Brasil, concebido como síntese de suas partes. Tratava-se da defesa de uma nação universal centralizada em um soberano, evitando-se assim a fragmentação, como ocorreu na América Espanhola. Em suas edições, apelava às províncias conflituosas para que superassem as suas diferenças em prol da união de todos para a construção de uma grande nação livre e próspera, lembrando a benevolência da natureza, a qual havia dotado essas terras de uma infinidade de recursos.

O processo de emancipação brasileira na imprensa vem sendo intensamente debatido pelos estudiosos, conforme as referências bibliográficas utilizadas para a teorização dessa pesquisa. O intuito aqui foi explorar algumas possibilidades metodológicas, apresentando ao leitor um exercício de análise de dois periódicos, com vistas a mostrar a complexidade do debate político naquela conjuntura.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AMARAL, Luiz. **Jornalismo matéria de primeira página**. 3 ed. Rio de Janeiro – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.7-46.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e Imagem**. Bauru: Edusc, 2004, p. 73-98.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Ciro F. & MALERBA, Jurandir (org.). **Representações: contribuição a um debate interdisciplinar**. Campinas: Papius, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DE LUCA, Tânia Regia. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paul: Cia das Letras, 1987, p.9-62.

HOBBSAWM, Eric John. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. In.: MOTA, Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: 1500-2000; a experiência brasileira. Formação históricas**. São Paulo: Editora SENAC/São Paulo, 2000, p. 127-175.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª Ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALERBA, Jurandir. **Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil**. Centro de Estudos Brasileiros: University of Oxford, January – julho 2003, p. 1-39.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência, 1808 a 1821**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 412p.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAXWEL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. In.: MOTA, Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: 1500-2000; a experiência brasileira**. Formação históricas. São Paulo: Editora SENAC/São Paulo, 2000, p. 177-195.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideias de Brasil: formação e problemas(1817-1850). In.: MOTA, Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: 1500-2000; a experiência brasileira**. Formação históricas. São Paulo: Editora SENAC/São Paulo, 2000, p. 197-238.

MOTTA, Rodrigo P.S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In.: MOTTA, Rodrigo P.S. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Editora Argemum, 2009, p. 13-37.

PIMENTA, José de Melo. **A independência do Brasil à luz dos documentos**. [s.l.]: Instituto de Cultura e Ensino Padre Manoel da Nóbrega, 1972. 261 p.

REMOND, René. Uma história presente. In: RMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 13-36.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **A independência do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Global, 1988. 70 p.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.) **O império luso-brasileiro: 1750-1822**. Lisboa: Estampa, 1986. 613 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, 4. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1998. 396 p.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **A Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 71 p.

ARTIGO

VILLALTA, Luiz Carlos. **Censura Literaria en el Mundo Luso-Brasileño (1517-1808):** órganos censores, criterios de censura y obras prohibidas. Disponível em: http://www.academia.edu/2540482/censura_literaria_en_el_mundo_lusobrasile%C3%91o_1517-1808_%C3%93rganos_censores_criterios_de_censura_y_obras_prohibidas. Acesso em 13/02/2015

FONTES DOCUMENTAIS

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. 10 de setembro de 1808, p. 3;

CORREIO BRAZILIENSE. Agosto de 1808, volume I, p. 253-254;

CORREIO BRAZILIENSE. Outubro de 1808, volume I, p. 423;

CORREIO BRAZILIENSE. Outubro de 1808, volume I, p. 393-394;

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. 03 de dezembro de 1809, número 134 p. 02;

CORREIO BRAZILIENSE. Abril de 1810, volume VI, p. 333;

CORREIO BRAZILIENSE. Fevereiro de 1816, volume XVII, p. 184;

CORREIO BRAZILIENSE. Maio de 1817, volume XVIII, p. 557-558;

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Maio de 1817, número 039 p. 02;

CORREIO BRAZILIENSE. Julho de 1817, volume XIX, p. 03;

CORREIO BRAZILIENSE. Setembro de 1822, volume XXIX, p. 385;

CORREIO BRAZILIENSE. Setembro de 1822, volume XXIX, p. 426;

CORREIO BRAZILIENSE. Outubro de 1822, volume XXIX, p. 417-418;

CORREIO BRAZILIENSE. Outubro de 1822, volume XXIX, p. 426-427

CORREIO BRAZILIENSE. Dezembro de 1822, volume XXIX, p. 593-595;